

vínculos, sempre revisitados, entre os homens do passado e do presente.»

O livro de Arlette Farge não é de leitura fácil, mas interroga a nossa forma de encarar a investigação histórica. Interroga os nossos hábitos, a forma como seleccionamos os documentos ou construímos o relato histórico. Ajuda-nos a desfazer certezas e a procurar os lugares em que a história se vê das margens. Lembra-nos que é nessas paragens onde a amnésia se instalou que melhor podemos encontrar os nossos tesouros.

MAGDA PINHEIRO

Paulo Areosa Feio, Território e Competitividade. Uma Perspectiva Geográfica do Processo de Internacionalização do Sector Cerâmico, Lisboa, Edições Colibri, 1998, 166 páginas.

Com esta publicação, que constitui uma versão ligeiramente modificada da sua dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1995, o autor dá a conhecer a um público mais vasto as preocupações de âmbito geográfico referentes ao investimento directo estrangeiro (IDE). É, inequivocamente, um importante contributo para a análise do investimento directo português no estrangeiro e, simultaneamente, um estudo inovador do

ponto de vista do papel do território para a explicação do fenómeno de internacionalização das empresas do sector cerâmico das áreas de Aveiro/Ílhavo e das Caldas da Rainha/Alcobaça/Nazaré¹.

O trabalho de Paulo Areosa Feio incide numa problemática muito cara aos geógrafos e aos que se dedicam às questões do desenvolvimento regional e local, sobretudo porque o autor demonstra que a internacionalização das empresas, por via da exportação ou do investimento directo no estrangeiro, também depende das características do território. O espaço não é mais um quadro inerte, mas sim uma categoria analítica central nos estudos da actividade económica, à semelhança das empresas, Estado, instituições, recursos humanos... Outro aspecto meritório deste trabalho reside na clareza da prosa e no esforço de síntese de matérias complexas, frequentemente apresentadas sob a forma de esquemas e quadros, que ajudam o leitor menos familiarizado com o tema em estudo. Destaque-se ainda a dimensão do trabalho de campo realizado e a qualidade da informação recolhida, que contribuem para um aprofundamento do conhecimento das estratégias de internacionalização do sector cerâmico. Por último, merece um comentário muito favorável a articulação entre os conteúdos teóricos e a análise empírica,

¹ Esta terá sido, porventura, uma das razões que justificaram a atribuição do Prémio Nacional de Geografia (Associação Portuguesa de Geógrafos).

nem sempre muito conseguida em trabalhos deste tipo.

Este estudo organiza-se em quatro partes. A primeira parte compreende uma análise das teorias do investimento internacional e culmina com a definição de um esquema analítico que é testado posteriormente na análise empírica. A segunda e terceira partes fazem a ponte entre o desenvolvimento das questões teóricas e o estudo de caso. Discutem-se as principais transformações económicas contemporâneas, com particular destaque para a geografia dos fluxos de investimento ao nível internacional. Posteriormente, a análise centra-se na dimensão da internacionalização do espaço económico nacional, onde emerge o estudo dos fluxos de investimento directo português no estrangeiro. Finalmente, a última parte incide na comprovação empírica da principal hipótese de investigação do estudo, que pode resumir-se, afinal, à importância da territorialização da actividade económica no processo de internacionalização das empresas.

O estudo inicia-se verdadeiramente com a construção de um quadro teórico de referência ao investimento estrangeiro. Antes de incorporar a dimensão territorial, o autor efectua uma revisão crítica das principais teorias de investimento estrangeiro, onde são revistas as teorias neoclássicas (exportação de capitais) e marxistas (exportação do capital). Mais interessante é, todavia, a discussão das teorias inovadoras de

Dunning² e de Mucchielli³, designadas como teoria ecléctica e análise sintética, respectivamente.

A teoria de Dunning resulta da combinação de resultados de investigação desenvolvidos anteriormente por vários autores, assentando nas noções de vantagem da empresa, da localização e da internacionalização. A internacionalização resulta, conforme refere o autor, «quando se conjugam os três tipos de vantagens: se uma dada empresa possui vantagens competitivas face às que com ela concorrem; se essas vantagens podem ser ampliadas pela conjugação com pelo menos alguns factores de produção localizados fora do país de origem; se se torna mais favorável (real ou subjectivamente) usar essas vantagens no interior, em vez de as vender ou ceder sob contrato» (p. 43). A teoria ecléctica de Dunning assenta no pressuposto da evolução do envolvimento internacional, cujo ritmo e direcção se enquadra em cinco fases: a primeira fase caracteriza-se por um envolvimento internacional incipiente, resultante do fraco poder de atracção de capitais estrangeiros e da capacidade limitada de investimento no exterior das empresas de um determinado país; a segunda fase caracteriza-se por um re-

² J. Dunning (1981), *International Production and the Multinational Enterprise*, Londres, Allen & Unwin; J. Dunning (1988), *Explaining International Production*, Londres, Unwin Hyman.

³ J.-L. Mucchielli (1985), *Les firmes multinationales: mutations et nouvelles perspectives*, Paris, Economica.

forço da capacidade de atracção de capitais estrangeiros (melhoria das vantagens locativas do país), mas o investimento no exterior continua a ser fraco ou nulo (as vantagens específicas das empresas ainda não estão consolidadas); na terceira fase começa a observar-se uma redução das vantagens locativas do país, pelo que os investimentos estrangeiros podem ou não diminuir (dependendo da capacidade de reconstrução de novas vantagens locativas), enquanto as empresas nacionais iniciam um processo de investimento no exterior, em resultado da forte especialização produtiva que acompanha o desenvolvimento económico ou simplesmente como forma de ultrapassar as limitações do mercado doméstico; na quarta fase, o país torna-se definitivamente um investidor líquido, culminando na convergência de fluxos de capitais do e para o estrangeiro, necessariamente como resultado das estratégias de internacionalização das empresas transnacionais. O autor não termina a discussão da teoria eclética sem deixar de referir criticamente o carácter determinista e evolucionista desta abordagem sobre o investimento internacional, «quer pela simplificação extrema a que reduz um leque variado de vias de evolução da posição relativa dos países na economia mundial, quer pela deficiente integração de dimensões importantes das economias nacionais» (p. 49).

A abordagem de Mucchielli ao IDE retoma, parcialmente, a teoria eclética, mas explora a combinação das vantagens comparativas dos paí-

ses e as vantagens competitivas das empresas. Paulo Areosa Feio considera que a análise sintética proposta por Mucchielli não introduz grandes novidades em relação à teoria de Dunning, embora saliente a preocupação de estabelecer uma abordagem mais dinâmica do IDE. Ambas as propostas apresentam limitações derivadas do enfoque microeconómico ao IDE, «desvalorizando o processo global, a estrutura que em última análise o condiciona, ou a débil articulação teórica entre os seus vários elementos constituintes» (p. 53).

O autor desenha o quadro conceptual de análise no final da primeira parte (capítulo 4), onde introduz a dimensão territorial na explicação do processo do IDE. É claramente o capítulo mais inovador — e também o mais ambicioso — deste trabalho. Justifica-se a relevância do território na definição de estratégias de internacionalização das empresas: «Defende-se que certos tipos de organização territorial podem favorecer a projecção para o exterior das suas empresas autóctones; que a dimensão «territorialização das empresas» é um elemento a considerar na explicação do investimento internacional» (p. 57). O território assume, portanto, um papel activo, mais do que um quadro inerte, no processo de internacionalização. De outra forma, o autor sustenta que as estratégias de internacionalização das empresas resultam também da natureza e acção de «factores exteriores às empresas e inerentes ao meio em que se inserem» (p. 60). Mas o que são os fac-

tores exteriores? Brevemente, as externalidades (positivas e negativas), a densidade e intensidade dos fluxos económicos, os custos de transacção e as interdependências não mercantis constituem, em conjunto, os principais factores de base territorial condicionantes ou estimulantes da internacionalização das empresas. Os aspectos mais relevantes na análise do processo de internacionalização das empresas com maior relacionamento de base territorial são os mecanismos que estimulam a inovação (aos níveis do processo de produção, produto e gestão) e as práticas de colaboração empresarial e institucional.

A importância atribuída ao território no processo de internacionalização segue os princípios do «distrito industrial» — desenvolvido por Marshall no início do século — e baseia-se em análises recentes elaboradas por diversos autores à designada «Terceira Itália» (Nordeste e Centro de Itália). A proximidade geográfica, a mobilidade sócio-profissional e o envolvimento institucional (agências de desenvolvimento, banca, poderes públicos...) actuam como facilitadores da criação de vantagens competitivas ao nível empresarial. Acrescenta-se ainda que, em comparação com as economias metropolitanas, os processos de socialização dos empresários são mais intensos e informais e a criação de conhecimento tecnológico é predominantemente de tipo tácito, onde se observa a acumulação de conhecimento baseada em processos «experiência-erro» aos níveis

externo e interno às empresas. O autor transpõe esta perspectiva para a análise das estratégias de internacionalização das empresas: «[...] é possível defender que a existência de vantagens competitivas territoriais oferece às empresas a possibilidade de delinearem estratégias ofensivas de envolvimento internacional e de tomarem consciência das vantagens de tipo I e L⁴, que as impelem ao investimento directo no estrangeiro» (p. 63). O autor tem o mérito de finalizar este capítulo com um esquema analítico das relações entre o território e a internacionalização das empresas, não deixando de ressaltar que o território é apenas um entre os diversos factores condicionantes da internacionalização das empresas. Embora seja inegavelmente de grande valor, a reflexão do autor sobre o papel activo do território nas estratégias de internacionalização das empresas denota dois problemas: o primeiro, e menos importante, resulta do pouco aprofundamento de algumas pistas avançadas (colaboração interempresarial, «espessura institucional», socialização dos empresários...); o segundo, e necessariamente com maiores implicações — porque incide precisamente nos objectivos do trabalho do autor —, prende-se com a modesta discussão teórica da inserção dos sistemas produtivos locais na economia global, na perspectiva de a interna-

⁴ As vantagens específicas de tipo I referem-se à internalização e as de tipo L à localização de factores determinantes para a internacionalização da produção.

cionalização não se resumir às empresas, mas corresponder a um conjunto amplo de instituições e actores individuais que contribuem para o desenvolver deste processo.

A segunda e terceira partes do livro sintetizam com muita clareza e precisão as tendências recentes do IDE num contexto de globalização das economias e a inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho à luz dos fluxos de investimento. O autor presta especial atenção ao investimento directo português no estrangeiro (IDPE), concluindo que o envolvimento internacional das empresas, por via do investimento no exterior, é muito limitado, embora a aceleração do processo de globalização, por um lado, e a formação do mercado único, por outro, tenham contribuído para um dinamismo recente, devidamente enquadrado por políticas de fomento à internacionalização das empresas portuguesas. Continuando a ser liderada pela banca portuguesa, a internacionalização das actividades industriais e comerciais tem vindo a registar uma projecção crescente no exterior. Em relação aos destinos do IDPE, o autor conclui que a distribuição geográfica é muito concentrada: Espanha, França e Reino Unido, na União Europeia; EUA; PALOP e Macau, nos países em vias de desenvolvimento. A análise cruzada da estrutura sectorial e das regiões de destino do IDPE revela o predomínio do IDPE do sector bancário nas economias mais desenvolvidas, enquanto as empresas industriais investem, em termos relati-

vos, principalmente em Espanha e as suas congéneres da construção, transportes e comunicações privilegiam os PALOP. A globalização da economia faz-se sentir com particular ênfase na banca, estimulando as empresas do sector a adoptar estratégias muito activas de internacionalização. Para as empresas industriais, a internacionalização por via do IDPE passa sobretudo pelo alargamento das suas actividades a toda a Península Ibérica. Finalmente, os PALOP «representam o destino mais tradicional do investimento português fora do território nacional, condicionado por factores de ordem política e por uma relação histórico-económica secular» (p. 102), com um claro protagonismo das empresas dos sectores energético, construção e obras públicas, transportes e comunicações.

As dificuldades estatísticas impossibilitaram uma análise mais completa do perfil das empresas investidoras no estrangeiro; porém, o autor conduziu um inquérito superficial a 97 empresas industriais por forma a ultrapassar esta limitação. Os ramos mais activos no IDPE são os mais representativos da estrutura industrial portuguesa, tais como o têxtil, vestuário e calçado e madeira e cortiça, bem como os cimentos (forte centralização do capital) e química e fileira metálica (maior intensidade em tecnologia). Observa-se uma forte concentração territorial das empresas que investem no exterior, à semelhança da geografia industrial do país, cuja expressão se resume praticamente às duas áreas

metropolitanas e ao Norte e Centro litoral. Refere-se ainda que o IDPE no sector industrial é protagonizado principalmente por médias e grandes empresas, de um modo geral formadas há mais de vinte anos. Este último aspecto permite corroborar a teoria ecléctica de Dunning, que sustenta a relevância das capacidades organizativas das empresas, conhecimento de mercados externos e capacidade tecnológica na internacionalização das empresas por via do investimento directo no exterior. O autor termina esta análise com uma boa síntese das estratégias das empresas portuguesas com investimento no exterior.

Na quarta e última parte deste livro, o autor procura avaliar empiricamente em que medida as características sócio-produtivas e institucionais de base territorial influenciam as estratégias de internacionalização das empresas. O estudo de caso incide no sector cerâmico⁵ e o trabalho de campo foi desenvolvido nas duas principais concentrações espaciais desta actividade em Portugal: Aveiro-Ílhavo e Caldas da Rainha-Alcobaça-Nazaré. Foram excluídas as empresas com menos de 20 pessoas ao serviço, em virtude de os efeitos limitativos da dimensão dificilmente permitirem uma estratégia de internacionalização. Foram inquiridas 54% e 34% do total das empresas na primeira e segunda áreas, respectivamente, o que representou, em ambos os casos, cerca de 90% do total do emprego

local no sector. O autor realizou ainda entrevistas a instituições nas duas áreas em estudo.

As características das empresas e as formas de cooperação empresarial e institucional são analisadas para cada uma das áreas. O estudo dos mercados de matérias-primas, produtos intermédios e produtos finais, das relações de subcontratação, da externalização de serviços, dos factores de exportação, das parcerias com instituições, das redes de cooperação e do associativismo merecem uma atenção especial, pois permitem sustentar empiricamente as relações da empresa com a envolvente sócio-produtiva e, deste modo, avaliar o seu papel nas estratégias de internacionalização empresarial. Comparativamente, o autor conseguiu descortinar duas importantes diferenças nos dois sistemas territoriais. Em primeiro lugar, o sistema de empresas das Caldas da Rainha-Alcobaça-Nazaré aproxima-se mais de um «distrito industrial»: «[...] a forte especialização produtiva, resultante da acumulação de uma cultura técnica local, é acompanhada por uma grande densidade de fluxos de informação com base em relações interpessoais, que constituem um elemento central no processo de inovação» (p. 134). O segundo elemento diferenciador prende-se com o reforço das formas de cooperação empresarial e constituição de redes — como meio de ultrapassar o obstáculo da dimensão reduzida para a internacionalização das empresas — nas Caldas da Rainha-Alcobaça-Nazaré.

⁵ Foram excluídas as empresas do segmento de telhas e tijolos.

Apesar da qualidade da análise efectuada às empresas do sector cerâmico, registam-se algumas limitações importantes, mais evidentes no estudo das formas de cooperação entre as empresas e instituições e dos processos de criação de conhecimento tácito externo. O recurso à teoria dos custos de transacção⁶ — «mercado» e «hierarquia» — podia ter constituído uma ferramenta útil para a explicação mais aprofundada sobre os limites flutuantes da actividade da empresa e, em complemento, a introdução das preocupações referentes à imbricação da vida económica⁷ permitiria aprofundar o papel dos processos de socialização na geração de comportamentos inovadores entre os empresários.

O último capítulo demonstra, de uma forma clara e concisa, a importância do contexto sócio-produtivo espacial na dinâmica de internacionalização das empresas, embora a dimensão e a estrutura organizativa constituam igualmente factores determinantes desse processo. O autor elabora, com base em análises factoriais de correspondências múltiplas, uma tipologia das empresas cerâmicas e outra das formas de internacionalização. O relacionamento dos tipos de empresas com as formas de internacionalização permite cor-

roborar a influência da aglomeração industrial na definição de estratégias de internacionalização activa, por via do IDPE, ao nível empresarial. Com efeito, as pequenas empresas com forte integração territorial são nitidamente mais dinâmicas no exterior do que as suas congéneres com fracas ligações ao tecido sócio-produtivo local/regional, e o mesmo acontece com as empresas de dimensão média. Nas palavras do autor, «as vantagens específicas dos territórios expressam-se simultaneamente em dois domínios. Por um lado, actuam directamente sobre as condições de competitividade dessas empresas, estimulando, pelo mecanismo das economias externas [...] um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a diminuição dos seus custos de transacção. Por outro lado, contribuem decisivamente para o reforço de uma dinâmica de aprendizagem colectiva [...] o que pode permitir que algumas empresas, mesmo de dimensão reduzida, atinjam os limiares necessários à sua projecção no exterior» (pp. 147-148). Mas a influência territorial nas formas de relacionamento internacional das empresas é semelhante nas duas áreas em estudo? Aparentemente não, mas o autor não se debruça sobre esta questão, sendo esta a única crítica a apontar ao capítulo que, insistimos, ultrapassa mesmo as expectativas criadas na introdução do trabalho.

Com este livro, o autor consegue demonstrar a relevância do contexto territorial no comportamento e acção

⁶ Cf. O. Williamson (1985), *The Economic Institutions of Capitalism*, Nova Iorque, Free Press.

⁷ Cf. M. Granovetter (1985), «Economic action and social structure: the problem of embeddedness», in *American Journal of Sociology*, vol. 91, 3, 481-510.

das empresas em relação à internacionalização. É, inquestionavelmente, um contributo de valor para a geografia económica; desejavelmente, deverá também sê-lo para as outras ciências sociais que se dedicam à investigação da acção económica, já que o estudo das empresas descontextualizadas do seu «meio» não reflecte senão uma imagem parcial da realidade!

MÁRIO VALE

João Sebastião, Crianças da Rua. Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa, Oeiras, Celta Editora, 1998, 96 páginas, 2520\$00.

A realidade em causa nesta obra de João Sebastião constitui-se como uma das mais invisíveis temáticas do nosso país, quer perante a sociedade (apesar de um crescente interesse mediático), quer no âmbito da investigação em ciências sociais (como a bibliografia proposta pelo autor bem demonstra). Importa, portanto, saudar à partida a exploração pioneira que aqui se faz.

Em *Crianças da Rua* encontramos uma útil e extensiva recensão daquilo que a sociologia tem produzido sobre a exclusão e a marginalização urbanas, em particular (mas não apenas) no que se refere ao seu

impacto nos grupos etários da infância e adolescência. Com base na informação disponível, o autor procura ainda entender de um modo historicamente situado a produção destes fenómenos em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa, em particular. Por fim, a obra dá conta do material recolhido em entrevistas (realizadas tanto na rua como no contexto de uma instituição assistencial do Ministério da Justiça), integrando também informação obtida em conversas informais e através de observação directa do funcionamento dos grupos de crianças que ocupam, de modo mais ou menos continuado, alguns espaços públicos da cidade. Esta última parte do texto inclui algum material descritivo em torno das estratégias de obtenção e gestão de recursos, dos mecanismos de protecção contra o conjunto de ameaças sentidas pelas crianças, da organização dos grupos e hierarquização do território urbano, assim como algumas representações das próprias crianças acerca de si próprias, da família, da experiência escolar e da relação com outras «personagens» do espaço público (polícias, outras crianças e adolescentes, vítimas dos assaltos que praticam, etc.).

Evitam-se aqui alguns dos erros mais fáceis de cometer na análise científica deste tipo de contexto: a patologização do fenómeno, numa versão psicologizante, o fechamento temático e correspondente exotização do objecto ou uma leitura exclusivamente problemática da questão, numa colagem às preocupações so-